Leis

LEI Nº 12.220, DE 9 DE JANEIRO DE 2006

Introduz alterações na Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam acrescentadas as alíneas “t” e “u” ao item 15 do § 1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, com a seguinte redação:

“t) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiros, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, 6910.10.00 e 6910.90.00;” (NR)

“u) ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento, 6907 e 6908;” (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de janeiro de 2006
GERALDO ALCKMIN
Luiz Tacca Júnior
Secretário da Fazenda
Fábio Augusto Martins Lepique
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 9 de janeiro de 2006.

LEI Nº 12.221, DE 9 DE JANEIRO DE 2006

Altera a Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam acrescentados os dispositivos adiante indicados à Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, com a seguinte redação:

I - ao item 6 do § 1º do artigo 34, a alínea “d”:

“d) dentifício, classificado no código 3306.10.00, escovas de dentes e para dentadura, exceto elétricas, classificadas no código 9603.21.00, todas da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH”. (NR);

II - ao item 15 do § 1º do artigo 34, as alíneas “v” e “x”:

“v) tubo, calha ou algeroz e acessório para canalização, de cerâmica, 6906.00.00;” (NR)

“x) revestimento de pavimento de polímeros de cloreto de vinila, 3918.10.00.” (NR)

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de janeiro de 2006
GERALDO ALCKMIN
Luiz Tacca Júnior
Secretário da Fazenda
Fábio Augusto Martins Lepique
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 9 de janeiro de 2006.

Decretos

DECRETO Nº 50.468, DE 9 DE JANEIRO DE 2006

Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóvel situado no Município e Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, necessário para a implantação de Programa Habitacional

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 1º e 2º, inciso V da Lei nº 4.132 de 10 de setembro de 1962,

Decreta:

Artigo 1º - Fica declarado de interesse social, a fim de ser desapropriado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, por via amigável ou judicial, imóvel com aproximadamente 92.389,00m² (noventa e dois mil, trezentos e oitenta e nove metros quadrados), de propriedade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, situado no Município e Comarca de Guarujá, Estado de São Paulo, conforme Processo Provisório nº 462305 e Protocolo nº 205011/05, necessário à implantação de Programa Habitacional para famílias de baixa renda, com medidas, limites e confrontações mencionados na planta e memorial descritivo elaborados com base na matrícula, a saber: uma área de 92.389,00m², destacada do sítio Cachoeira, nesta Cidade, Município, Distrito e Comarca de Guarujá, que assim se descreve, confronta e caracteriza: “tem início no ponto “SC-103” de coordenadas topográficas referida ao Sistema UTM N=7.348.002,52 e E=372.413,82, localizado sobre a linha ideal de divisa das propriedades de Martin Francisco Ribeiro de Andrade ou Sucessores e Prefeitura Municipal de Guarujá (P.M.G.) - (Vila Zilda), à 12,00m do lado esquerdo da Estrada da Cachoeira sentido Guarujá - Vila Zilda; deste ponto segue no rumo de 10º31’00” NW com distância de 263,16m até encontrar o ponto “SC-3” representado por um marco de Ferro, confrontando com a propriedade de Martin Francisco R. de Andrade

ou Sucessores; daí deflete à direita e segue por uma linha de divisa confrontando com Eduardo Damin ou Sucessores nos rumos e distâncias de 69º07’00” NE-136,85m, 65º52’00” NE-218,30m e 66º50’00” NE-132,18m até atingir o ponto “SC-95”; deste ponto deflete à direita e segue no rumo 12º19’57” SE e distância de 67,14m por sobre a linha que delimita a área remanescente contribuinte da P.M.G. nº ZO 0247/021/000, até encontrar o ponto “SC-88”; daí deflete à direita e segue no rumo de 01º44’12” SE e distância de 67,31m até atingir o ponto “SC-104”, confrontando com área remanescente contribuinte da P.M.G. nº ZO 0247/022/000; deste ponto deflete à direita e segue no rumo de 52º57’54” SW e distância de 523,65m seguindo no alinhamento paralelo à Estrada da Cachoeira, afastado aproximadamente 16,00m, confrontando com área da Prefeitura Municipal de Guarujá (Vila Zilda), até atingir o ponto “SC-103”, ponto este de início desta descrição perimétrica.”.

Artigo 2º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU autorizada a invocar com caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de recursos próprios da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de janeiro de 2006
GERALDO ALCKMIN
Emanuel Fernandes
Secretário da Habitação
Fábio Augusto Martins Lepique
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 9 de janeiro de 2006.

Casa Civil

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Extratos de Termos de Convênio

Proc. FUSSESP nº 1014/2005 - Parecer AJG nº 1657/2005 - Partícipes: Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e Fundo Social de Solidariedade de Pederneiras - Objeto: Transferência de recursos financeiros, a título de auxílio para o desenvolvimento do projeto “Oficina de Pesponto de Calçados” - Valor do Convênio: R\$ 15.040,00 sendo R\$ 10.000,00 por parte do FUSSESP e R\$ 5.040,00 por parte do Município - Prazo de Vigência: 90 dias, a partir da data da assinatura - Data da Assinatura: 09/01/2006

Proc. FUSSESP nº 629/2005 - Parecer AJG nº 1830/2005 - Partícipes: Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e Fundo Social de Solidariedade de Cajamar - Objeto: Transferência de recursos financeiros, a título de auxílio para o desenvolvimento do projeto “Ampliação da Padaria Artesanal” - Valor do Convênio: R\$ 12.756,88 sendo R\$ 10.000,00 por parte do FUSSESP e R\$ 2.756,88 por parte do Município - Prazo de Vigência: 90 dias, a partir da data da assinatura - Data da Assinatura: 09/01/2006

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

Despachos da Diretora Executiva

Despacho da Diretora Executiva De 2-1-2006

Proc. 1189/2005 - Ratificando a inexigibilidade de licitação, fundamentada na autorização da Diretora Administrativa e Financeira e na manifestação da Assessoria Jurídica que acolho, para a renovação da assinatura do Jornal “Diário de São Paulo”, a ser fornecida pela Empresa Jornalística Diário de São Paulo Ltda, para o ano de 2006, nos termos do artigo 25, caput, Lei Federal n.º 8.666/93, autorizo a realização da respectiva despesa.

De 9-1-2006

Proc. 31/2006 - Ratifico a inexigibilidade de licitação, fundamentada na autorização da Diretora Administrativa e Financeira e na manifestação da Assessoria Jurídica que acolho, para a contratação dos serviços técnicos profissionais especializados de assessoria, a serem prestados no âmbito do projeto iSistema de Gestão Administrativa - SGA/Fundap”, pela empresa Marcio Toshihito Higashi - ME, nos termos do artigo 25, inciso II, combinado com art. 13, inciso III, da Lei 8.666/93, autorizando a realização da respectiva despesa.

Extrato de Contrato

Proc.: 750/2005 - Contrato: OES 013/2005 - Contratante: Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Contratada: Centurion Segurança e Vigilância S/C Ltda. - Objeto: prestação de serviços de segurança composta de um sistema de circuito interno de TV com locação de equipamentos, monitoramento, patrulhamento e manutenção preventiva e corretiva - Vigência: 12 meses, a partir da assinatura - Valor Global do Contrato: R\$ 7.920,00 - Recursos Orçamentários: Ativ. 284703 - Nat. Desp. 33903919 - Data da assinatura: 01/08/2005

Economia e Planejamento

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho da Responsável pelo Expediente da Coordenadoria, de 29-12-2005

PROCESSO: SEP 0469/2005
INTERESSADO: Coordenadoria de Administração.
ASSUNTO: Aquisição de switches
Onde se lê:
HOMOLOGO, nos termos do inciso VII e parágrafo único do Artigo 3º do Decreto nº 47.297/02, o procedimento licitatório

realizado na modalidade de Pregão Presencial com o nº 0277/2005 - C.A., referente à aquisição de 01 (um) “switch layer 3” para “core” da rede, 07 (sete) “switches” para acesso de Rede do tipo 1, 06 (seis) “switches” para acesso de Rede do tipo 2, 01 (um) “software” de gerenciamento de “switches”, todos do mesmo fabricante, visando garantir a compatibilidade e integração dos equipamentos, conforme “Especificações Técnicas Mínimas Requeridas e Condições Gerais”, Anexo III, que integra este Edital, bem como especificações constantes da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo SEP 0469/2005, bem como a adjudicação de seu objeto nos termos do inciso VI do Artigo 6º do mesmo diploma legal, que declara vencedora a empresa AYNIL SOLUÇÕES LTDA, para único item deste Certame.

Leia-se:

I- Conheço o recurso interposto contra a decisão do Senhor Pregoeiro, pelas empresas CD MANTEM SERVIÇOS E TECNOLOGIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., para no mérito negar o seu provimento.

II- HOMOLOGO, nos termos do inciso VII e parágrafo único do Artigo 3º do Decreto nº 47.297/02, o procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial com o nº 0277/2005 - C.A., referente à aquisição de 01 (um) “switch layer 3” para “core” da rede, 07 (sete) “switches” para acesso de Rede do tipo 1, 06 (seis) “switches” para acesso de Rede do tipo 2, 01 (um) “software” de gerenciamento de “switches”, todos do mesmo fabricante, visando garantir a compatibilidade e integração dos equipamentos, conforme “Especificações Técnicas Mínimas Requeridas e Condições Gerais”, Anexo III, que integra este Edital, bem como especificações constantes da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do Processo SEP 0469/2005, bem como a adjudicação de seu objeto nos termos do inciso VI do Artigo 6º do mesmo diploma legal, que declara vencedora a empresa AYNIL SOLUÇÕES LTDA, para único item deste Certame.

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

Despacho do Diretor Executivo Nº 53 de 29-12-2005
PROCESSO AGEM 092/05
INTERESSADO: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA - MAPINFO, PROFESSIONAL, MAPBASIC, MAPINFO MAPXTREME INTRANET e MAPXTREME INTERNET, COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONFORME ARTIGO 25 DA LEI FEDERAL 866/93.

À vista dos elementos dos autos, considerando, em especial as justificativas da Diretoria Técnica e o teor do Despacho DAD /05, nos termos do Artigo 38, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações dadas pela Lei n.º 8.883/94 e 9.648/98, homologo o competente procedimento de contratação com inexigibilidade de licitação, conforme Artigo 25 da Lei Federal 8666/93, em favor da Empresa Geograph Informática e Serviços Ltda., observadas as exigências legais.

Fica a empresa acima mencionada notificada para assinatura do respectivo Contrato de prestação de serviços.

A Diretoria Administrativa para publicação do presente, formalização do respectivo Contrato, recolhimento da garantia, emissão do respectivo empenho, e demais providências em relação aos atos administrativos, observando-se as disposições legais pertinentes.

Despacho do Diretor Adjunto Administrativo Nº 54, de 29-12-2005

PROCESSO AGEM 092/05

INTERESSADO: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

INTERESSADO: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA - MAPINFO, PROFESSIONAL, MAPBASIC, MAPINFO MAPXTREME INTRANET e MAPXTREME INTERNET, COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONFORME ARTIGO 25 DA LEI FEDERAL 866/93.

À vista dos elementos dos autos, considerando, em especial as justificativas apresentadas pela DiretoriaTécnica, nos termos do Artigo 38, da Lei Federal n.º 8.883/94 e artigo 26 da Lei Estadual nº 6.544/89, submeto o presente ato ao Exmo. Sr. Diretor Executivo, para RATIFICAÇÃO no prazo de 03(três) dias, devendo ser providenciada a publicação no Diário Oficial do Estado, no prazo de 05(cinco) dias, como condição de eficácia do ato declaratório.

A Diretoria Executiva para o ato de homologação, com vistas as providências em relação aos atos administrativos correspondentes, observando-se as disposições legais pertinentes.
Despacho do Diretor Adjunto Administrativo Nº 55, de 29-12-2005
PROCESSO AGEM 092/05
INTERESSADO: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

INTERESSADO: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA - AGEM

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA - MAPINFO, PROFESSIONAL, MAPBASIC, MAPINFO MAPXTREME INTRANET e MAPXTREME INTERNET, COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, CONFORME ARTIGO 25 DA LEI FEDERAL 866/93.

Nos termos do artigo 14, inciso I, do Decreto nº 233/70 e Decreto nº 44.127, de 21 de julho de 1999, combinado com a PORTARIA AGEM N.º 001, de 29/6/00, AUTORIZO a realização de despesa e seu empenhamento pelo valor total de R\$ 138.400,00 (cento e trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Encaminhe-se ao Centro Administrativo, para publicação dos Despachos no Diário Oficial, obedecidos os prazos fixados em lei e após, Serviço de Finanças, para emissão da respectiva Nota de Empenho.

Resumo de Contrato

Processo: AGEM Nº 0092/05

Contrato AGEM N.º 017/05

Parecer CJ-SEP N.º 0455/05

Contratante: AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA-AGEM

Contratada: TERRARTE ENGENHARIA LTDA.

Objeto: “Contrato de Fornecimento dos seguintes Softwares: MAPINFO, PROFESSIONAL, MAPBASIC, MAPXTREME INTRANET e MAPXTREME INTERNET, pela empresa GEOGRAPH Informática e Serviços Ltda., com manuais e certificados de garantia; constante da especificação técnica que faz parte integrante da aquisição”.

Valor Total do Contrato: R\$ 138.400,00.

Data da Assinatura do Contrato: 29-12-2005

A despesa correrá a cargo da Agem a conta da Unidade Gestora Executora 29055, na classificação da despesa 33903912 - Serviço de Fornecimento de Licença de Uso de Softwares, do Programa de Trabalho 15.122.3705.4297.0000 - Coordenação Geral da Administração.

Comunicado

Ata da Sessão de Abertura do Convite Agem Nº 012/05 - Processo Agem Nº 035/05

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às dez horas, na sala de reuniões da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, localizada à Rua Joaquim Távora nº 93

- 6º andar - Bairro Vila Mathias - Santos - São Paulo, reuniram-se os membros da Comissão Julgadora, designados nos termos dos Despachos DEX nº 015/05, de 29 de agosto de 2005, do Senhor Diretor Executivo, do Processo AGEM nº 035/05, PAULO DE MORAES, RG 8.787.291-2, ROBNSON GERMANO, RG 10.349.625-7 e ANDRÉ SANTANA MEIRELES, RG 25.980.050-8, sob a presidência do primeiro, e os representantes legais das empresas concorrentes, Siggeo Engenharia e Consultoria Ltda. representado pelo Sr. Charlie Lin, R.G. nº 5.723.643-4, Maubertec Engenharia e Projetos Ltda. representado pelo Dra. Priscila Lobato Campano, R.G. nº 30.183.413-1 e da Logit Engenharia Consultiva Ltda. representado pelo Sr. Mauro Damato, R.G. nº 4.617.895, devidamente credenciados, para procederem a abertura do Envelope N.º 1 - HABILITAÇÃO relativo à Carta Convite nº 012/05 - “PLANO CICLOVIÁRIO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA - PCM-BS”, cujo objeto trata da “Prestação de serviços especializados de engenharia para a elaboração do “PLANO CICLOVIÁRIO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA - PCM-BS”. Convidadas as empresas Amorim Engenharia S/C Ltda., Edison Antunes Arquitetura Ltda., Haganplan - Planejamento e Projotos S/C Ltda, Logit Engenharia Consultiva Ltda, Maubertec e Projetos Ltda., Pait Consultores, Pullin & Silveira Consultores Associados Ltda., Tranzum Planejamento e Consultoria S/S Ltda., Planservi Engenharia Ltda., Braz-Human Corp. Engenharia e Consultoria Ltda. e Siggeo Engenharia e Consultoria S/C Ltda, sendo que somente as empresas Siggeo - Engenharia e Consultoria S/C Ltda., Maubertec Engenharia e Projetos Ltda e Logit Engenharia Consultiva Ltda. apresentaram proposta, demonstrando interesse. Iniciados os trabalhos, foram rubricados pelos presentes os Envelopes que se encontravam fechados e indepassíveis. Após, procedeu a abertura dos Envelopes N.º 1 - HABILITAÇÃO. A Comissão de Licitação deu vistas aos documentos, como também pelos representantes das empresas Siggeo Engenharia e Consultoria Ltda, representada pelo Sr. Charlie Lin, RG 5.723.643-4, Maubertec Engenharia e Projetos Ltda. representado pelo Dra. Priscila Lobato Campano, R.G. nº 30.183.413-1 e da Logit Engenharia Consultiva Ltda. representado pelo Sr. Mauro Damato, R.G. nº 4.617.895, para exame e rubrica dos documentos apresentados. Examinados e rubricados todos os documentos que se encontram devidamente inviolados, o Presidente da Comissão Julgadora, deu a palavra ao representante devidamente credenciado se quisesse se manifestar.

Tendo em vista o não atendimento por parte da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., no que se refere ao item 3.4. item “e” desta Carta Convite, ficando esta inabilitada, conforme avaliação desta Comissão Julgadora. O Sr. Charlie Lin da Siggeo Engenharia e Consultoria S/C Ltda observou que a Certidão de Registro Profissional da Maubertec Engenharia e Projetos Ltda está datada de 31/12/2005 o que solicita a inabilitação desta. A Comissão Julgadora verificou a existência de documentação, comprovando o pagamento válido até 31/01/2006 e habilitando-a desta forma. Não havendo mais manifestações, o Presidente deu por encerrada a Sessão de Abertura do Envelope N.º 1 - HABILITAÇÃO, ficando fixado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recursos, em cumprimento ao subitem 18.3, do item 18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS do Edital. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão às 11:40 (onze horas e quarenta minutos), da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e achada de acordo, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitação e pelos senhores representantes presentes.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS

Extrato de Prorrogação de Contrato

Processo SEADE: 091/2003 - AP.III - Contratante: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Contrato: 007/2004 - Contratado: MICROLINEA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. - Parecer Jurídico nº. 234/2005 - Objeto: Prestação de Serviços de assistência técnica aos equipamentos de informática - Alteração: 5º termo de Prorrogação e 6º de Aditamento e Reti-Ratificação - Cláusulas Alteradas: VII - do Contrato Original dos Preço; VIII - da Vigência e, XII do Valor e Dos Recursos. - Valor: 35.135,10 - Recursos: deverá ser consignado ao orçamento programa da Fundação SEADE de 2006. Vigência 01-01-2006 a 31-03-2006 - Data de Assinatura: 29-12-2005

Extratos de Contrato

Processo: 119/2005 - Contratante: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Contrato:032/2005 - Contratado: RENATO MARTINS ASSUNÇÃO. - Parecer Jurídico nº 248 - Objeto: Prestação de Serviços de consultoria para dar suporte ao contrato entre a Fundação SEADE e a Secretaria de Segurança Pública - SPP, para consolidar acervo de dados e aprimorar instrumentos de tratamento das estatísticas policiais. - Valor Total: 6.000,00 - Recursos: Programa de Trabalho: 04.122.2904.5513.0000; Natureza de Despesa: 33903980; Fonte de Recursos: 004001001 - Prazo de Entrega: 45 dias a partir da assinatura do presente instrumento. - Data de Assinatura: 29-12-2005.

Processo: 123/2005 - Contratante: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE - Contrato:031/2005 - Contratado: JOTAEEMME DIGITAÇÃO LTDA. - Parecer Jurídico nº 247/05 - Objeto: Prestação de Serviços de digitação, conferência, crítica e conversão de documentos do acervo de estatísticas policiais, relativo à década de 1980. - Valor Total: 7.728,00 - Recursos: Programa de Trabalho: 04.121.2904.4475.0000; Natureza de Despesa: 33903999; Fonte de Recursos: 004001001 - Vigência: 29-12-2005 a 28-03-2006 - Data de Assinatura: 29-12-2005

Justiça e Defesa da Cidadania

GABINETE DO SECRETÁRIO

Portarias da Chefe de Gabinete, de 9-1-2006

Declarando Aposentado

Nos termos do parágrafo único do art.40 c.c. o art.51 da Lei Federal 8.935/94 e em consonância ao art.126, inciso II da Constituição do Estado de São Paulo, bem como em face do que consta do Pr.SJDC-270.014/2006, a partir de 09.01.2006, por contar com 70 anos de idade, AYAKO OTSUICHI, R.G. 1.715.520, Preposto Escrevente do 14º Tabelião de Notas da comarca da Capital, cujos proventos serão fixados à vista da competente certidão de tempo de serviço e nos termos do § 1º do art.25 da Lei 10.393/70. (003/2006)

Concedendo Aposentadoria

Com fundamento no art.20, inciso III, c.c. os arts. 22 (com a nova redação que lhe foi dada pelo art.24 da L.C. 539/88) e 25, todos da Lei 10.393/70, e nos termos do parágrafo único do art.40 c.c. o art.51 da Lei Federal 8.935/94, e de acordo com o art.126, inciso I da Constituição do Estado de São Paulo, e ainda, em face do Laudo de Inspeção de Saúde nº 65/2005, o IPESP, constante do Pr.IP-45692/2005, por invalidez permanente, a MARIA JOSÉ DOS SANTOS MESSIAS, RG.8.637.654, Preposta Designada do 1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Caçapava, fazendo jus aos proventos mensais correspondentes a Serventia de Sede de Comarca de 2º Entrância, cujo de valor da remuneração base é equivalente a 20,40 salários mínimos. (004/200)